



Câmara cria o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)

Por meio de projeto de resolução apresentado pela mesa diretora e aprovado por unanimidade na sessão ordinária do dia 21 de agosto de 2023, a Câmara de Carmópolis de Minas criou o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), órgão vinculado à Mesa Diretora do Legislativo Municipal. O CAC tem por objetivos, dentre outros, dar orientação aos munícipes interessados sobre a organização administrativa e Regimento Interno do Poder Legislativo, em seus diversos aspectos; encaminhar os cidadãos para os órgãos públicos competentes para prestarem serviços nas áreas de assistência social e saúde pública; auxiliar o cidadão na elaboração de currículo, inscrições em concursos públicos, vestibulares, projetos sociais e vagas de empregos.

Página 3



Plenário da Câmara, na sessão que votou e aprovou a criação do CAC.

Volney Henrique

Presidente destaca a importância do CAC

Página 3

Prefeitura recebe crítica por cortes em plano de contenção de gastos

Página 5

Vereadora pede patrulhamento para combater furtos na zona rural

Página 3

Política de privilégios trava obras e ações, diz vereador

Página 6

Vereadores aplaudem festa dos 30 anos de cooperativa de crédito

Página 4

Aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024

Página 7

Requerimentos

O trabalho individual dos vereadores, formalizado por meio de requisições ao Poder Executivo.

Página 4

Audiência pública discute plano de cargos para funcionários da Educação



Volney Henrique

Marilda de Abreu Araújo, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE), apontou os problemas que estão sendo enfrentados com a Prefeitura de Carmópolis. O primeiro deles seria a falta de transparência.

Página 8

Reconstrução da Ponte JK tem aval e verba de ministério

Governo federal vai prosseguir com a transferência dos recursos financeiros, em parcela única, no valor de R\$ 305 mil, com contrapartida do município de R\$ 128.305,58. Dinheiro será utilizado na obra de grande utilidade pública.

Página 5

Cidade legaliza transporte de pessoas por aplicativos

Por unanimidade de votos, a Câmara Municipal aprovou projeto de lei do Poder Executivo, que dispõe sobre o uso do sistema viário urbano, para a prestação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros, por meio de plataformas de tecnologias por aplicativos. O serviço será executado pela empresa "Bora Lá".

Página 6

Lei fixa normas de inspeção sanitária no município

Vereadores aprovam a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM). São sujeitos à fiscalização: animais destinados ao abate, seus produtos e subprodutos e matérias primas; pescado e seus derivados; leite e seus derivados; ovo e seus derivados; mel, cera de abelhas e seus derivados.

Página 7

Tribuna Livre

*Concursadas pedem efetivação para trabalho na creche

*Munícipe pede apoio para realizar palestra sobre drogas

Página 8

O COMBATE DEVE CONTINUAR!

DENGUE PODE MATAR

TUDO QUE ACUMULE ÁGUA É FOCO DO MOSQUITO

Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Crianças e adolescentes são maiores vítimas de procedimentos penais

Dados apontam que 63% dos procedimentos penais da Delegacia de Polícia Civil de Carmópolis de Minas têm como vítimas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Página 2

Mato nas ruas é vergonha para a cidade, diz vereador

O mato e a sujeira que se espalham pelas ruas de Carmópolis de Minas foram tema de pronunciamento no Legislativo. As três entradas do município: Avenida Nossa Senhora de Fátima, Avenida Padre Francisco e Rua Padre Jair Pereira, foram citadas como indicações do abandono.

Página 2

Crianças e adolescentes são maiores vítimas de procedimentos penais em Carmópolis

Dados publicados pelo canal “Carmópolis On-Line”, apontam que 63% dos procedimentos penais da Delegacia de Polícia Civil de Carmópolis de Minas têm como vítimas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os números foram considerados pela vereadora Whatiffa Francielli dos Santos Nogueira (PSD) - **foto à direita** - como “alarmantes”, em pronunciamento feito durante a sessão ordinária da Câmara Municipal do dia 28 de agosto de 2023.

Ela informou que, na semana anterior, havia sido aprovado, pelo Senado Federal, o projeto de lei que acrescenta dispositivos à



Volney Henrique

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus tratos, de negligência

e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sobre a aprovação da matéria, a vereadora disse que encaminharia ofício ou requerimento às secretarias municipais de Educação e Saúde, para que possam colocar em prática a nova

lei federal, o mais rápido possível, com o objetivo de identificar esses tipos de maus-tratos e negligências praticados contra as crianças.

Whatiffa repetiu argumentos já apresentados por ela à secretária municipal da Educação Rosa Maria Teixeira Canhestro, inclusive por meio de requerimento, pelos quais mostrou a necessidade de implantar, nas escolas, um programa de prevenção, por meio da capacitação dos profissionais, para trabalharem as questões de maus-tratos e abusos junto aos alunos.

“Vamos nos atentar para isso. Nossas crianças são nossos bens mais preciosos”, grifou a vereadora.

Comunidades não são atendidas, mesmo com realização de audiências públicas

A inutilidade de três audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Carmópolis de Minas nos povoados da Formiga, Japão Grande e Olhos D'Água foi criticada pelo vereador Dirceu da Silva, líder do PSD - **foto à direita** -, durante a sessão legislativa ordinária realizada no dia 28 de agosto de 2023. Para ele, de nada adiantou vereadores e moradores deixarem suas casas em noites frias, para discutir assuntos de interesse das comunidades, gerando reivindicações que ainda não foram atendidas pelo Poder Executivo.

Segundo o vereador, a Prefeitura chegou a descarregar caminhão de areia para calçamento de rua no povoado Japão Grande, como também iniciou patrolamento de estrada, às vésperas das audiências, para os participan-



Volney Henrique

tes não reclamarem. “Para quê isto? Bobagem ficar enganando as pessoas”, afirmou Dirceu, numa cobrança direta ao Poder Executivo.

Da mesma forma, o vereador perguntou de que valeu receber os moradores da comunidade da Lagoinha, durante reunião da Câmara, quando reivindicaram a instalação de um simples quebra-molas no trecho de

estrada que passa bem próximo às suas casas, por justificadas questões de segurança.

Dirceu destacou que os pedidos por pequenas obras nas comunidades rurais têm partido não somente dele, mas de todos os colegas vereadores e vereadoras, sem que as ações requeridas ao Poder Executivo sejam executadas, mesmo sendo coisas sim-

ples, como patrolamento de alguns trechos de estradas, encascalhamento de alguns pontos e entupimento de cavas. Outras promessas não cumpridas, entre elas o asfaltamento até na praça do distrito de Bom Jardim das Pedras também foram citadas por ele. “Estamos trabalhando em vão aqui nesta Casa”, constatou.

Em vista dos fatos, Dirceu da Silva apresentou um requerimento por escrito, sobre obra de asfaltamento no povoado da Gerais, paralisada desde 2021, pois, ao formalizar o pedido, terá o direito de, terminado o prazo legal, tomar as medidas cabíveis, pois trata-se de empréstimo feito pelo município para fazer as melhorias. “É dinheiro público”, enfatizou, alertando que os mandatos seguem para o fim, sem que essas obras sejam concluídas.

Agosto Lilás conscientiza sobre violência contra a mulher

Comemorou-se, em todo o Brasil, a campanha “Agosto Lilás”, instituída pela Lei 14.448/2022, como mês de conscientização pelo fim da violência contra as mulheres. A vereadora Whatiffa Francielli dos Santos Nogueira (PSD) pronunciou-se sobre o tema, na sessão ordinária da Câmara Municipal de

Carmópolis de Minas realizada no dia 14 de agosto de 2023.

A parlamentar se referiu a um requerimento encaminhado por ela ao Poder Executivo, para saber qual o tipo de política pública ou programa está sendo oferecido para as vítimas de violência doméstica.

Ne mesma sessão, Whatiffa informou que estava apresentando um projeto de lei que institui a Campanha Permanente de Educação e Combate à Violência Contra a Mulher em Carmópolis de Minas, que tem, entre seus objetivos, a conscientização, nos espaços públicos e abertos ao público, sobre os tipos

de violência contra mulher e indicação de relações abusivas; divulgação dos canais de denúncia existentes no município e encaminhamento da mulher e de seus filhos aos programas de apoio psicológico para as vítimas de violência doméstica e familiar.

De acordo com dados apresentados por Whatiffa, em 2020, mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100. Do total de registros, 72% (75,7 mil denúncias) são referentes à violência doméstica e familiar. Sendo assim, cresce, em Carmópolis, a necessidade de discutir formas de conscientização permanente da população sobre o combate à violência contra a mulher.

Mato nas ruas é vergonha para a cidade, diz vereador



Volney Henrique

O mato e a sujeira que se espalham pelas ruas de Carmópolis de Minas foram tema de pronunciamento do vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara - **foto acima** -, líder do PSDB, na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21 de agosto de 2023. Exemplificando com um inusitado pé de abóbora, que se alastrava pela calçada da Rua Maria Cirilo, cuja postagem feita por ele viralizou na internet, Antônio Gabriel pediu mais atenção da Prefeitura, no sentido de promover ações saneadoras.

De acordo com o parlamentar, o problema foi comunicado ao Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM), que prontamente limpou a área, mas em vários pontos da cidade o mato se espalha, sem a devida atenção do poder público, constituindo-se em verdadeira vergonha para a cidade.

Ele citou as três entradas do município: Avenida Nossa Senhora de Fátima, Avenida Padre Francisco e Rua Padre Jair Pereira, como indicações do abandono, isso sem falar nos bairros. “O SESAM precisa tomar uma providência rápida para que seja resolvida essa situação”, pediu o vereador, lembrando que também já foi falado na Câmara sobre os passeios quebrados.

Grifou Antônio Gabriel que Carmópolis é uma cidade privilegiada, na qual há bom movimento comercial e giro financeiro como poucas na região, por conta da força do agronegócio. “Nós recebemos pessoas de todas as regiões, e o básico que uma administração tem que fazer é manter a casa limpa”, concluiu.

Passeios danificados ou ausentes voltam a preocupar



Volney Henrique

Os visíveis danos existentes nos passeios públicos de Carmópolis de Minas, principalmente em ruas e avenidas do centro da cidade, foram tema de pronunciamento do vereador José Laércio da Silveira (UNIÃO) - **foto acima** -, na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 05 de agosto de 2023.

Lembrando que o mesmo assunto já foi motivo de abordagens anteriores, ele voltou a pedir providências à atual administração municipal, apontando, especialmente, as dificuldades vividas por pessoas mais idosas ou com problemas de locomoção. Como exemplo de cidadãos e cidadãs que utilizam diariamente os passeios, ele citou mães com crianças ao colo, idosos e cadeirantes.

“Acho que o poder público precisa tomar uma atitude mais severa, no que diz respeito aos passeios públicos, pois se deixar por conta dos proprietários, eles vão afirmar que não se trata de obrigação deles”, analisou o vereador.

Na própria rua onde se encontra a Câmara Municipal, foi construído recentemente um passeio que, na avaliação de José Laércio, ficou muito bom. Entretanto, um pouco mais abaixo, onde existem várias casas comerciais, o abandono volta a ser visível, não havendo nem mesmo como os pedestres caminharem.

“Parece trilha de cavaleiro”, comparou o vereador.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)

Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP

Mesa Diretora da Câmara - 2023

Presidente: Geraldo Lucas (PV)

Vice-presidente: José Laércio da Silveira (UNIÃO)

Secretária: Jaqueline Emilia Luciano (PV)

Tesoureiro - João Francisco Vieira (PSD)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG - CEP 35.534-000

Tel.: (37) 3333-1704 e 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Edição

Jornal GAZETA DE MINAS – Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Impressão – Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda.

Câmara cria o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)

Por meio de projeto de resolução apresentado pela mesa diretora e aprovado por unanimidade na sessão ordinária do dia 21 de agosto de 2023, a Câmara de Carmópolis de Minas criou o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), órgão vinculado à Mesa Diretora do Legislativo Municipal. O CAC tem por objetivo dar orientação aos munícipes interessados sobre a organização administrativa e Regimento Interno do Poder Legislativo, em seus diversos aspectos, bem como:

I – encaminhar os cidadãos para os órgãos públicos competentes para prestarem serviços nas áreas de assistência social, saúde pública, dentre outros.

II – apoiar atividades próprias das entidades civis de caráter público e sem fins lucrativos, voltadas para a defesa dos direitos humanos e da cidadania.

III – apoiar a realização de debates, encontros, seminários e fóruns sobre políticas e programas de direitos humanos e cidadania.

IV – criar e manter o banco de dados municipais sobre cidadania e direitos humanos, mediante cadastro de entidades, empresas, sindicatos, escolas e outras associações comprometidas com a promoção e proteção dos direitos humanos e da cidadania.

V – auxiliar o cidadão na elaboração de currículo, inscrições em concursos públicos, vestibulares, projetos sociais, vagas de empregos e outros; obtenção de certidões de bancos públicos diversos; consultas à legislação municipal, estadual e federal; orientação para agendamento de perícia no INSS e consulta de andamento e de decisão de processos de benefícios requeridos à Previdência Social; impressão de segunda via de contas de água, telefone, energia, internet; orientação para inscrição na

tribuna livre.

VI – receber, cadastrar e entregar documentos perdidos no município de Carmópolis de Minas - MG.

VII – orientar ou imprimir guias de recolhimento de tributos municipais, quando dispuser, o cidadão, de todos os dados necessários para tanto.

VIII – apoiar as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, através de orientação sobre a prevenção de toda e qualquer forma de violência contra as mulheres, assistência e garantia dos direitos das mulheres e de seus dependentes, em situação de violência.

IX – apoio às Políticas Públicas voltadas ao Combate à Pedofilia e à Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município de Carmópolis de Minas;

X – apoiar políticas públicas de igualdade racial e combate à discriminação, com a finalidade de garantir a igualdade de oportunidades à população, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e repelir a discriminação e as demais formas de intolerância à diversidade humana no município de Carmópolis de Minas.

XI – dar atendimento e orientação permanente ao cidadão sobre direitos, garantias e deveres.

XII – informar e conscientizar o cidadão, motivando-o para o exercício de seus direitos, por intermédio dos diferentes meios de comunicação.

XIII – apoiar programas relacionados com a educação para a cidadania.

XIV – emissão de cópias de documentos e materiais de pesquisas escolares, no limite de vinte cópias semanalmente, por usuário.

O CAC poderá ainda oferecer treinamentos e cursos profissionalizantes à população, por meio de seus

servidores, colaboradores voluntários e/ou desenvolvidos e ministrados por outras entidades públicas, como Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e instituições de ensino.

O atendimento está limitado aos beneficiários que declararem renda mensal familiar de até três salários mínimos nacional ou que comprovem a inscrição junto ao Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) do governo federal. A documentação comprobatória das condições financeiras será apresentada previamente e ficará arquivada no cadastro do cidadão junto ao CAC.

O CAC terá seu expediente vinculado aos períodos de atividades do Poder Legislativo Municipal e terá atendimento externo nos dias úteis, em horário e carga horária a serem definidos pelo presidente da mesa diretora.

O presidente da Câmara, por meio de portaria, designará servidores do quadro efetivo e comissionados, que darão suporte técnico ao funcionamento do Centro de Atendimento ao Cidadão. Poderão ser contratados estagiários para auxiliar no funcionamento do Centro, de acordo com a área de estudo acadêmico correlato ao serviço. O CAC poderá contar como apoio de colaboradores. Consideram-se colaboradores pessoas enviadas pelas instituições de ensino superior, entidades públicas, que desenvolvam ações, estudos e pesquisas relacionadas às atividades do Centro.

A resolução que criou o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) foi assinada pelo presidente do Legislativo, Geraldo Lucas (PV); pelo vice José Laércio da Silveira (UNIÃO); pela secretária Jaqueline Emilia Luciano (PV) e pelo tesoureiro João Francisco Vieira (PSD).

Vereadora pede patrulhamento para combater furtos na zona rural



Volney Henrique

Por meio de requerimento aprovado por unanimidade no plenário da Câmara de Carmópolis de Minas e encaminhado ao Poder Executivo, a vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV) **-foto acima-** solicitou que o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) interceda junto ao governo do Estado, Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar, no sentido de aumentar o patrulhamento rural no município, tendo em vista os diversos furtos que têm ocorrido na zona rural.

Falando sobre o tema, na sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 07 de agosto de 2023, Jaqueline ressaltou que estão ocorrendo vários furtos, tanto de equipamentos em lavouras quanto de gado, causando grandes prejuízos aos agricultores e pecuaristas, que estão pedindo socorro, para que possam ter um recurso que garanta a segurança na zona rural.

“Eles não têm muito o que fazer e por isso estão perdendo, e muito”, grifou a parlamentar, lembrando que sempre ocorreram vários tipos de furtos no município, e que agora o alvo tem sido as lavouras de tomate, de onde levam motores, defensivos e encanamentos, ou seja, material de trabalho, do qual os produtores e produtoras precisam para conseguir o sustento de suas famílias.

“Existem trabalhadores que estão ficando sem condições de plantar tomates e verduras, porque tiveram todo o seu material de trabalho roubado, ficando, ainda, com dívidas relativas ao que foi plantado”, informou a parlamentar. O medo é tanto que, segundo ela, a maioria fica calada, com receio de represálias dos ladrões, que podem voltar e sabotar a lavoura.

Jaqueline reforçou que, de fato, o amparo é preciso, como é visto em cidades vizinhas, onde já foi implantado o patrulhamento rural. Para ela é preciso ajudar o lavrador e o produtor de tomates e verduras, responsáveis diretos pelo fortalecimento do comércio e da economia local, pois se a tomaticultura vai mal, Carmópolis para de caminhar.

“É preciso que a Polícia Militar, governo do Estado, segurança pública e Poder Executivo, deem essa atenção ao que está acontecendo. Há relatos de produtores que têm dificuldades acesso a uma ocorrência policial, e por tudo isto o poder público e a Polícia Militar precisam atender a esse pedido de socorro”, argumentou Jaqueline.

Presidente destaca importância do CAC

O presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, vereador Geraldo Lucas (PV) **-foto à direita-**, considerou a resolução da mesa diretora que cria o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), no âmbito do Poder Legislativo, como uma iniciativa parlamentar que muito auxiliará a população, especialmente no que diz respeito a orientações em geral.



Volney Henrique

Em pronunciamento realizado na sessão ordinária do dia 14 de agosto de 2023, Geraldo Lucas apontou alguns serviços de relevância, entre eles o encaminhamento dos cidadãos para os órgãos públicos competentes, para prestarem serviços nas áreas de assistência social e saúde pública.

Também destacou o auxílio a ser dado na

elaboração de currículos, inscrições em concursos públicos, vestibulares, projetos sociais, vagas de empregos e outros; obtenção de certidões de bancos públicos diversos; consultas à legislação municipal, estadual e federal; orientação para agendamento de perícia no INSS e consulta de andamento e de decisão de processos de benefícios requeridos à Previdência Social; impressão de

segunda via de contas de água, telefone, energia e internet e orientação para inscrição na tribuna livre.

Destacou, ainda, que está prevista a emissão de cópias de documentos e materiais de pesquisas escolares, no limite de 20 cópias semanalmente por usuário. Poderão usufruir desses benefícios as pessoas com renda mensal de até três salários mínimos ou que comprovem estar ins-

critas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal (Cad-Único).

O presidente salientou se tratar de um projeto que, no meu entendimento, vai contribuir para facilitar a vida da população, especialmente daqueles cidadãos e cidadãs que encontram dificuldades para conseguir ou atualizar documentos essenciais às suas atividades.

O CAC ainda não está atendendo a população. O presidente e a mesa diretora da Câmara trabalham para colocar o Centro em atividade o mais rápido possível, levando em consideração a necessidade de estruturar, aparelhar e mobiliar o espaço de funcionamento, além da contratação dos estagiários que atuarão na unidade.

Assista às reuniões da Câmara de Carmópolis de Minas sem sair de casa

As sessões ordinárias do Legislativo são transmitidas ao vivo. Todas as segundas-feiras, s 18h30, no site da Câmara.

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos individuais

Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO)

Programa de Segurança nas Escolas - Seja solicitado ao prefeito municipal que informe a esta Casa quando pretende colocar em prática a Lei Municipal 2.389/2023 que "Dispõe sobre o Programa de Segurança nas Escolas Públicas Municipais de Carmópolis de Minas e a instalação de câmeras de monitoramento e outros mecanismos de segurança.", sancionada pelo exmo. prefeito neste ano. A Lei mencionada trata da segurança nas escolas, especialmente sobre a instalação de câmeras de segurança.

Restrição de despesas no Executivo - Que o prefeito informe qual a economia prevista, bem como a que de fato foi alcançada em um mês de vigência do Decreto nº 1.679, de 21 de julho de 2023, que estabelece limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal. Que seja especificada a economia total, bem como seja especificada a economia, prevista e já alcançada, com relação aos cortes de despesas com pessoal.

Verba Temporária Estratégica (VTE) - Que o prefeito informe quanto o município gasta mensalmente com o pagamento de verba temporária estratégica (VTE) e com os cargos de direção, chefia e assessoramento (DAM). Requer-se ainda que seja enviada uma lista com os nomes de todos os servidores que recebem VTE ou por cargos definidos como DAM.

Empresa terceirizada "Prosseguir" - Seja solicitado ao prefeito que preste as seguintes informações: quantos funcionários prestam serviços à Prefeitura através de empresa terceirizada "Prosseguir"; data do início dos contratos, relação com os nomes de todos funcionários contratados e o local onde prestam serviço.

Jaqueline Emília Luciano (PV)

Patrulhamento rural - Que o prefeito municipal interceda junto ao governo do Estado, Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar, para aumentar o patrulhamento rural no município, tendo em vista os diversos furtos ocorridos na zona rural de Carmópolis de Minas.

Parque Industrial Jovelino Rabelo - Que seja solicitada da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Rural, a colocação de proteção nas bocas de lobo na rua que dá acesso ao Parque Industrial Jovelino Rabelo, considerando que estão abertas, colocando em risco os motoristas que trafegam na via, uma rua de tráfego intenso de veículos pesados, que fazem carga e descarga de nas empresas todos os dias. Em caso de chuva intensa a via poderá ficar alagada trazendo muitos transtornos aos pedestres ou ciclistas.

Ponte da Prainha - Que seja solicitada do prefeito municipal, a instalação de barras de proteção na ponte localizada no local denominado "Prainha", próximo à residência do senhor conhecido popularmente como "Osório do Gainho", bem como proteção nas demais pontes que são do mesmo modelo, pois sem proteção elas oferecem perigo aos usuários e animais que as utilizam como passagem.

Palco para festividades - Que seja solicitada do poder público, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, ou órgão competente, a compra de palco para as festividades e comemorações do município, bem como para os eventos beneficentes, cujos organizadores muitas vezes não têm condição de locar

palco devido aos valores exorbitantes, tendo que ser utilizadas estruturas improvisadas, com caminhões como palco, e outras vezes até mesmo o evento ocorre sem nenhuma estrutura.

Audiência pública - Realização de uma audiência pública sobre segurança pública e o patrulhamento rural em Carmópolis de Minas, com data a ser determinada pela mesa diretora, sendo a sessão presidida pelo presidente da mesa.

Equipamento sonoro - Que seja solicitada do prefeito municipal, a disponibilização de equipamento sonoro, para auxiliar nas celebrações da esperança, que estão ocorrendo no salão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, até a conclusão da reforma no Velório Municipal.

Geraldo Lucas (PV)

Que seja solicitado à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, que o município volte a disponibilizar o espaço do Poliesportivo Antônio Batista Diniz para práticas esportivas no período noturno, bem como nos finais de semana, em vista da solicitação de municípes.

Fernando Luís Rabelo Lebron (PV)

Rua Treze de Maio - Que seja solicitado da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, o levantamento do meio-fio, em trecho da Rua Treze de Maio, proximidades da residência nº 316 (em frente a lote vago), para contenção das águas das chuvas, uma vez que atravessam o meio-fio que é baixo, invadindo o lote e adentrando na residência que fica nos fundos do lote mencionado.

Claudinei Vicente da Silveira (PV)

Vargem do Marçal - Que seja solicitada da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, a reconstrução de travessia de madeira situada no local denominado "Vargem do Marçal", no Povoado do Japão Grande, que dá acesso à BR-381. O referido acesso foi arrancado em janeiro, em decorrência das enchentes e até a presente data não foi reconstruído, sendo uma travessia importante para os moradores daquela localidade.

Rua Antenor de Castro - Que seja solicitado da Administração Municipal, que intervenha junto à Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, para que faça uma avaliação na Rua Antenor de Castro (imediações do nº 34 - Centro) com intuito de solucionar de forma definitiva o problema com as águas da chuva, que invadem algumas residências, providenciando um escoamento adequado para que a rua não fique inundada.

Ponte do Córrego do Paiol - Que seja feita a recuperação da ponte localizada no Córrego do Paiol, acesso para a fazenda de espólio do senhor Elói, devido existir uma pista automobilística na propriedade mencionada, onde acontecerá um evento automobilístico com pilotos internacionais, evento que além de levar o nome do município para além das fronteiras, também movimentará o turismo local, contribuindo com o ICMS turístico. Esta é uma reivindicação de moradores daquela região e usuários da ponte, para garantir a trafegabilidade, e, conseqüentemente, o transporte de estudantes e produção agrícola.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB)

Emendas parlamentares - Que seja encaminhado ao senhor prefeito municipal o presente requerimento, para que

informe a esta casa, detalhadamente, especificando como foram gastos os valores das emendas parlamentares encaminhadas para Carmópolis de Minas, por intermédio dos deputados federais Aécio Neves e Lafayete Andrada. Requer-se a cópia dos extratos detalhados das transações, notas de empenho, transferências, comprovantes e informações sobre quais as unidades de saúde foram beneficiadas.

Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD)

Mulheres vítimas de violência doméstica - Que sejam solicitadas do prefeito municipal, informações sobre as políticas públicas adotadas pelo município para auxiliar mulheres vítimas de violência doméstica, informando se existe alguma legislação municipal que verse sobre o assunto.

Rua Professor Maravilha - Que seja solicitado da Comissão Municipal de Trânsito a colocação de um redutor de velocidade na Rua Professor Maravilha, no bairro Lava Pés.

Célio Roberto de Azevedo (PSD)

Rua Leopoldo Ferreira dos Santos - Que sejam solicitadas do prefeito melhorias na iluminação da Rua Leopoldo Ferreira dos Santos, localizada no Bairro Amaral, nas proximidades do número 161, tendo em vista que a iluminação no local está precária.

Extensão de rede elétrica - Que seja estudada a possibilidade de efetuar a extensão de rede elétrica em frente à capela do Povoado da Laje, próximo a cava do senhor conhecido popularmente como "José do Hélio".

Ruas Antônio Araújo e Vera Lúcia de Barros Araújo - Que seja solicitada da Secretaria Municipal de obras Infraestrutura Urbana e Rural, a manutenção na pavimentação da Rua Antônio Araújo, bem como a manutenção no calçamento da Rua Vera Lúcia de Barros Araújo, sendo que em alguns pontos os moradores estão com dificuldades de tirar e colocar seus veículos nas garagens, devido a irregularidades no calçamento.

Ponte do JK Eventos - Sejam solicitadas do prefeito municipal, informações a respeito da construção ou reforma da ponte localizada nas proximidades do JK Eventos, que serve de acesso para a residência da senhora Ana Amaral. Sendo: O Recurso para a obra mencionada foi devolvido ou encontra-se em caixa? Há previsão para realização da obra? Moradores e usuários expuseram sua preocupação, tendo em vista que o dano causado foi em consequência das chuvas e a obra teria que ser realizada antes de iniciar novo período de chuvas.

Novo piso salarial da enfermagem - Que o prefeito informe a data na qual o município efetuará o pagamento do novo piso salarial da enfermagem, referente aos meses de maio, junho, julho e agosto. Informe ainda se o município já recebeu os recursos do governo federal, já que o site oficial do Ministério da Saúde informa que desde quarta-feira (23/08/23), os recursos já estariam disponíveis para todos os entes da federação.

Ruas Vicente Peão e Jair Inácio - Seja solicitado da administração municipal, que intervenha junto à Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, para que faça cumprir a promessa feita aos moradores do Japão Grande de efetuar o calçamento nas ruas Vicente Peão e Jair Inácio, sendo que as pedras de paralelepípedo já se encontram amontoadas no final da Rua Vicente Peão desde 2018, aproximadamente, e segundo informações, necessitando apenas de mão de obra para realização do serviço.

Vereadores aplaudem festa dos 30 anos de cooperativa de crédito

Uma festa realizada em praça pública pela cooperativa de crédito Sicoob Centro-Sul Mineiro, de Carmópolis de Minas, no dia 05 de agosto de 2023, em comemoração aos 30 anos de existência da instituição, foi amplamente elogiada por vereadores, no plenário da Câmara Municipal, durante a sessão ordinária realizada no dia 07 de agosto.

O primeiro a falar sobre o evento foi o vereador Dirceu da Silva, líder do PSD, para quem o Sicoob deu uma verdadeira aula à administração municipal de como se realiza um evento público, exclusivamente com artistas da região, agradando tanto quanto os cantores que vêm de longe, a custos muito mais elevados. "Está provado que Carmópolis tem talento de sobra", avaliou o vereador, pedindo que seja informado à Câmara o preço do show, comparativamente ao preço cobrado no mesmo dia da semana para a festa do Rodeio.

Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo, endossou os argumentos de Dirceu, acrescentando que o evento contratou até pessoas para recolher o lixo, deixando o local totalmente limpo. Também destacou a qualidade dos sanitários instalados e barracas de alimentação totalmente direcionadas a instituições beneficentes e sem fins lucrativos do município.

Jaqueline Emilia Luciano (PV) elogiou o evento, que segundo ela contou com excelente estrutura. Disse ter orgulho de seus familiares, inclusive ela, serem associados do Sicoob de Carmópolis. Parabenizou também os funcionários que trabalharam e contribuíram para o sucesso desses trinta anos de atividades.

João Francisco Vieira (PSD) fez coro aos elogios à festa e também disse ser correntista da instituição há muitos anos, que conta com funcionários habilitados e muito atenciosos.

José Laércio da Silveira (UNIÃO) considerou a festa como modelo para futuros eventos públicos de Carmópolis, tanto em nível de estrutura como de organização, parabenizando a direção e os funcionários da cooperativa de crédito.

Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO, congratulou-se com a direção do Sicoob pela excelência do evento, destacando a participação de artistas locais. Ele pediu que um associado da cooperativa solicitasse o total dos gastos feitos com a estrutura, para possível comparação com os da Prefeitura, em eventos realizados pelo Poder Executivo, com o objetivo de verificar se o município tem feito gastos acima da média com estruturas de eventos.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB, apontou como brilhante o vento promovido pelo Sicoob, uma aula de como se devolve aos associados e à população o que a cidade tem oferecido à instituição, mostrando ao poder público como devolver, em lazer e cultura, os impostos recolhidos por todos os contribuintes.

Finalizando a sequência de pronunciamentos sobre o evento, o presidente do Legislativo, vereador Geraldo Lucas (PV), parabenizou o Sicoob Centro-Sul Mineiro, na pessoa do presidente do Conselho de Administração, Erivelton Laudimar de Oliveira, pelos trinta anos de atividades no município e pelo maravilhoso evento comemorativo realizado na Praça dos Passos.

A cooperativa de crédito foi instituída em 1993, quando um grupo de produtores rurais da região de Carmópolis de Minas decidiu se unir e criar uma cooperativa que pudesse oferecer suporte econômico para os produtores, principalmente nos processos de industrialização. Em 1997 o Credicarmominas aderiu ao sistema Sicoob, nascendo o Sicoob Credicarmominas. Em 2019 uniu forças com o Sicoob Credisavi, em uma incorporação que fez nascer o Sicoob Centro-Sul Mineiro. Hoje são 12.447 cooperados, espalhados pelas 11 cidades onde a cooperativa mantém suas unidades.

Reconstrução da Ponte JK tem aval e verba de ministério

Em resposta a requerimento do vereador Célio Roberto Azevedo (PSD), o Poder Executivo de Carmópolis de Minas informou à Câmara Municipal, por meio de ofício lido na sessão legislativa ordinária do dia 21 de agosto de 2023, que, no que tange aos recursos para as obras na ponte sobre o Córrego Japão Grande (Ponte JK), conforme nota técnica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional divulgada em 11 de agosto de 2023, o plano de trabalho referente ao processo, cujo objetivo é a reconstrução da ponte de estrutura mista, com doze metros de comprimento por quatro metros e vinte centímetros de largura, atendeu inteiramente as exigências elencadas pela Portaria MDR 3.033/2020.

Diante do exposto, a Prefeitura informou que o Ministério irá prosseguir com a transferência dos recursos financeiros em parcela única, no valor de R\$ 305 mil, com contrapartida do município de R\$ 128.305,58. “Portanto – prossegue o ofício – o mu-

nicipio ainda não recebeu e não devolveu nenhum recurso financeiro da União para a obra específica”. Quanto ao início das obras, informou a Prefeitura que a ordem de serviço seria enviada naquela data, tendo a empresa 15 dias para iniciar as obras. O ofício foi assinado pelo secretário municipal de Infraestrutura Urbana e Rural Carlos Antônio Nascimento.

Abordando o tema na mesma sessão legislativa, o vereador Célio Roberto disse que aguardava o início das obras, pois a ponte não era uma preocupação somente dele, mas de todos os vereadores, em vista das dificuldades enfrentadas pelos moradores e usuários. “O período de chuvas se aproxima e o intuito nosso é o de representar a população. Assim como sou cobrado, enviarei a resposta aos que me procuraram e aguardo o início da reconstrução da ponte, para dar segurança e tranquilidade às pessoas que trafegam por aquele local”, assegurou o parlamentar.

Também o vereador

José Laércio da Silveira (UNIÃO) lembrou que ele e o colega Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) lutaram pela construção da ponte, tendo visitado o local diversas vezes e se sentindo envergonhados pelas promessas não cumpridas. Laércio lembrou que há cerca de um ano recebeu da Prefeitura a informação de que as obras seriam iniciadas uma semana depois, o que ainda não havia sido feito. Grifou que muitas vezes o vereador é apontado como mentiroso, por passar informações obtidas dentro da Prefeitura, mas que acabam não se concretizando no devido prazo.

Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo, informou que, com as obras de reconstrução encaminhadas, a ponte hoje existente no local será transferida para a Vargem Grande, resolvendo outro problema para o município. Portanto, a obra da Ponte JK trará benefícios, ao mesmo tempo, para duas comunidades carmopolitanas, com o reaproveitamento da ponte antiga.

Vereador discorda da descriminalização da maconha

Em argumentação apresentada durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 7 de agosto de 2023, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) -foto à direita-, líder do governo, discordou do voto de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor da descriminalização do uso de maconha no Brasil. Lembrou o vereador que o processo estava parado no tribunal desde 2015, tendo sido retomado pelo ministro Alexandre de Moraes, que votou pela descriminalização.

Para o parlamentar, a decisão atenta contra o trabalho voluntário de várias entidades, entre elas o Grupo de Alcoólicos Anônimos (AA) de Carmópolis, que neste momento se movimentou para conseguir, junto ao governo estadual, um membro do setor antidrogas para proferir palestra na cidade sobre o avanço do uso e os males produzidos pelas drogas na sociedade.

“Se você descriminaliza o uso da maconha, você a está liberando, dando oportunidade de legalizar o seu negócio criminoso”, argumentou Fernando. Lembrou que, à medida que o tempo



Volney Henrique

passa, as drogas vão sendo banalizadas. Antes era absurdo cheirar cola de sapateiro; depois veio a maconha e ambas já ficaram para trás. Acrescentou que a maconha liberada é mais um passo para o consumo de drogas mais pesadas, como o craque e outras. Fernando citou, também, outro ministro do STF, Gilmar Mendes, que se colocou favorável à descriminalização da maconha e de outros tipos de drogas. O parlamentar grifou que, autoridades que deveriam estar proibindo o uso de drogas, ao contrário disso, as estão liberando. Daí a importância da iniciativa do AA.

No início de agosto, o ministro Alexandre de Moraes votou a favor da descriminalização da maconha. A posição consolidou um placar de 4

a 0 no STF a favor da liberação de pequenas quantidades da droga. Sete ministros ainda não haviam votado. Não tipifica crime, diz o voto de Moraes, a conduta de adquirir, guardar, ter em depósito ou trazer consigo para consumo pessoal a substância entorpecente maconha, mesmo sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Moraes alegou que a Lei de Drogas de 2006 provocou um aumento no encarceramento e fortaleceu as facções criminosas. O ministro apontou quantidades de posse para que isso não seja considerado crime. Será presumido usuário aquele que adquirir, guardar, tiver em depósito ou trazer consigo de 25 a 60 gramas de maconha ou seis plantas fêmeas.

Prefeitura recebe crítica por cortes em plano de contenção de gastos

O vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO -foto à direita-, argumentou, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 21 de agosto de 2023, que a Prefeitura, ao colocar em prática um plano de contenção de despesas, promoveu, erradamente, cortes



Volney Henrique

nos setores de Saúde e Educação, ambos essenciais, deixando de fora os altos salários.

Marcelo exibiu dados do relatório de atividades do Centro de Referência de Atendimento Educacional Especializado (CRAEE), instituição que desempenha papel fundamental em favor das crianças da rede municipal de ensino, relativos ao primeiro semestre de 2023, quando o órgão acompanhou 245 alunos. Além disso, o Centro de Referência possuía três psicopedagogas, sendo que duas foram demitidas. “Apenas uma psicopedagoga conseguirá acompanhar esses 245 alunos, que eram atendidos por três? Lógico que não”, questionou o parlamentar, prevendo que as crianças ficarão prejudicadas e apelando ao prefeito para que repense os cortes.

Para provar a importância do Centro de Referência, Marcelo destacou o trabalho realizado pela equipe multiprofissional: acompanhamento de alunos portadores de deficiências e transtornos de aprendizagem; auxílio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento obrigatório para alunos com deficiências; avaliação psicopedagógica; orientações aos professores sobre práticas inclusivas; articulação com a rede interssetorial (CRAS, CAPS, Conselho Tutelar, etc) para maior efetividade das ações; encaminhamento para profissionais da saúde; atendimento psicológico, em caráter de aco-

lhimento e orientação, para o aluno e sua família; visita domiciliar, quando necessário; triagem fonoaudiológica; capacitação docente, com participação nos módulos e outras intervenções e atribuições específicas de cada profissional, dentro de sua área de atuação.

De acordo com o vereador, esses são alguns trabalhos que a psicopedagoga desenvolve no CRAEE, tendo o Poder Executivo feito cortes errados, pois não vai conseguir dar o mesmo atendimento a essas 245 crianças. “Fica aí o meu pedido, para que o prefeito possa repensar e quem sabe voltar com essas profissionais”, destacou o parlamentar.

Da mesma forma ele criticou cortes na área da Educação, especificamente na Escola Municipal Professora Lygia Vaz de Oliveira, que transformou três turmas em apenas duas. “O rendimento do aluno, será que vai ser o mesmo?”, perguntou o vereador. Por isso a contenção precisa ser feita de forma planejada, evitando erros. Para ele, cortou-se de quem mais precisa, permanecendo intactos os altos salários, não atingidos pelas demissões. E concluiu, afirmando que não deveriam ocorrer cortes em Saúde e Educação, áreas principais da administração que precisam ser preservadas.

A vereadora Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD) revelou sua indignação com a demissões promovidas no CRAEE, tendo em vista que afeta diretamente um público que ela defende

muito, constituído pelas crianças e adolescentes. “A gente sabe que precisam ser feitos cortes, mas necessariamente não havia necessidade de atingirem a Educação”, argumentou Whatiffa. Ela ressaltou que se trata de atendimento a crianças que apresentam várias dificuldades, como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Síndrome do Pânico, depressão e outros problemas no processo de aprendizagem. Ela informou que estava conversando com a secretária da Educação, Rosa Maria Teixeira Canhestro, sobre a possibilidade de reverter a decisão de demitir as psicopedagogas, devido à importância dessas profissionais para a rede pública de ensino.

Sobre o mesmo assunto, Dirceu da Silva, líder do PSD, também criticou os cortes na Educação, fazendo referência à tentativa frustrada do Poder Executivo em municipalizar uma escola, aumentando ainda mais seus gastos, pensando apenas nos milhões imediatos que viriam do governo estadual, sem pensar no aumento de gastos para o futuro.

Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo, reforçou o argumento de que as demissões em setores importantes como o CRAEE não são indicadas, havendo alternativas menos traumáticas para a população, como cortes em gratificações e verbas temporárias.

Ajude a manter nossa cidade sempre limpa.

Não descarte lixo irregularmente.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS

Carmópolis legaliza transporte de pessoas por aplicativos



Volney Henrique

Por unanimidade de votos, a Câmara Municipal aprovou projeto de lei do Poder Executivo, que dispõe sobre o uso do sistema viário urbano de Carmópolis de Minas, para a prestação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros, por meio de plataformas de tecnologias por aplicativos.

Considera-se serviço de transporte individual remunerado o serviço prestado por pessoa jurídica, mediante autorização, por meio de plataformas digitais, com a finalidade de receber demanda de serviço de transporte individual remunerado de passageiros, solicitado por usuários, e de distribuir entre os prestadores do serviço. A Lei não se aplica aos serviços previstos na Lei Municipal nº 1.084/1984, ficando vedado aos taxistas exercerem transporte por aplicativo.

A autorização para utilização do sistema viário urbano do município, para a prestação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros, será outorgada pela Secretaria Municipal de Fazenda, por

meio do Cadastro Municipal.

Fica vedado o alicenciamento de passageiro, por meio direto ou indireto, em área pública ou privada, através de pontos de embarque e desembarque: I – lounge, quiosque, casa de show, eventos e similares; II – ponto físico em área pública como pontos turísticos, aglomerações e terminais rodoviários; III – ponto físico em área privada, tal como em shoppings, supermercados e similares.

As operadoras têm liberdade para fixar o valor da viagem. Devem ser, obrigatoriamente, disponibilizados aos usuários, no aplicativo utilizado, antes do início da corrida, informações e os critérios sobre o preço a ser cobrado e cálculos da estimativa do valor final. Caso exista cobrança do preço diferenciado, o usuário deverá, por meio do aplicativo utilizado, ser informado de modo claro e inequívoco, antes do início da corrida, bem como atestar seu aceite expressamente.

Justificando o envio do projeto à Câmara, o prefeito José Omar Paolinelli

(PSD) lembrou que, junto ao crescimento tecnológico ocorrido em todo o mundo, houve também um grande crescimento urbano e populacional, onde em muitas cidades, por terem ocorrido de forma desordenada e sem planejamento, ocorreram grandes problemas estruturais como a crise na mobilidade urbana, fazendo com que, necessariamente, cada vez mais se buscasse meios alternativos de transporte. Um desses meios foi o transporte individual privado de passageiros por meio de aplicativos digitais, plataformas como UBER, 99 e especificamente a que demonstrou interesse em atuar em Carmópolis de Minas, a empresa “Bora Lá”.

Assim, a ideia é simples: ajudar quem precisa se locomover pela cidade a encontrar algum carro que a leve ao destino, onde o usuário pode pedir um motorista particular e toda a transação é feita pelo aplicativo, desde o cálculo de preço pelo trajeto percorrido, até o pagamento por cartão de crédito, que fica cadastrado no sistema da empresa.

fazendeiro Rodolfo Batista Pacheco. E assim inaugurou o campo que leva o nome desse fazendeiro.

Com as atividades paralisadas há aproximadamente sete anos, vê-se agora a possibilidade de reiniciar as atividades de forma estruturada, com um novo projeto e uma diretoria completa, formada por um presidente, vice-presidente, diretor de futebol, tesoureiro, secretário, conselho fiscal e um grupo de conselheiros, todos eles membros da comunidade, que fazem parte da história do time. Com esse título de utilidade pública municipal, o time está visando a possibilidade de receber recursos do município.

Comissão responde positivamente a requerimentos sobre sinalização de trânsito

Duas respostas a requerimentos de autoria do vereador Claudinei Vicente da Silveira, líder do PV *-foto à direita-*, foram apresentadas por ele como importantes encaminhamentos no que diz respeito à sinalização de trânsito e placas indicativas de vias públicas em Carmópolis de Minas. Ocupando o espaço dedicado a assunto de interesse público, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de agosto de 2023, ele explicou o teor e a importância das respostas assinadas pelo presidente da Comissão Municipal de Trânsito, Flávio Henrique Cecotti.

A primeira resposta diz respeito ao requerimento que solicitava a criação de vagas de estacionamento para deficientes físicos, uma vez que inexistem espaços para esse público. De acordo com



Volney Henrique

Flávio Cecotti, o pedido foi deferido por unanimidade na Comissão e seria encaminhado ao secretário de Obras para a realização das pinturas delimitando as vagas especiais.

A segunda resposta referiu-se ao requerimento que pedia a instalação de placas indicativas de nomes de ruas no distrito de Bom Jardim das Pedras e demais povoados, uma vez que a falta dessas informações dificulta muito o trabalho de entregadores de encomendas, que rodam pelas vias sem

encontrar os endereços corretos.

“Vejo aí uma grande necessidade, e o presidente da comissão respondeu que se encontra em andamento a licitação das placas. Que realmente seja concluído esse processo, podendo, assim, sinalizar não somente as ruas de povoados, mas de toda a cidade”, solicitou o vereador, tendo em vista as grandes dificuldades encontradas por entregadores, até mesmo dos correios, devido à falta das informações pertinentes.

Política de privilégios trava obras e ações, diz vereador

O vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) *-foto à direita-* condenou o que avalia como “política de privilégios” praticada atualmente no município de Carmópolis de Minas. Durante pronunciamento na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 07 de agosto de 2023, ele apontou exemplos desse tipo de conduta administrativa, afirmando que enquanto isso não acabar, a população continuará sofrendo as consequências.

A política de privilégios, segundo o parlamentar, tem deixado marcas negativas, com o direcionamento de ações baseadas no apoio eleitoral, em detrimento da coletividade. Célio citou o caso do vice-prefeito Leir de Oliveira Lebron (PV), que nem mais vai à Prefeitura, por não ser ouvido. Uma pessoa experiente, que muito poderia contribuir com a atual administração, mas cuja atuação acabou prejudicada por questões políticas. “Você me apoia, balança a bandeira pra mim. Hoje é esta política que vivenciamos em Carmópolis, e se isso não mudar, o povo continuará sofrendo por muitos anos”, argumentou o vereador.



Volney Henrique

Ainda sobre o mesmo tema, Célio afirmou que as festas realizadas pela Prefeitura são para privilegiados e não para o povo, por serem eventos caros. Enquanto isso, a Prefeitura não consegue concluir obras básicas, como a da Rua Dorinato Martins de Andrade, que já faz três anos sem ser concluída, o mesmo ocorrendo em obras no povoado da Gerais.

Entende o vereador que dessa forma não haverá como cumprir promessas feitas em audiências públicas, como a do povoado Olhos D’água, onde nem mesmo a iluminação pública em frente à capela conseguirão colocar, como também as canaletas e o Tubo Armco que seria ins-

talado naquele local ainda antes das chuvas, que já estão chegando, fazendo com que os moradores passem pelas mesmas situações.

Lembrou que, em decreto de contingenciamento de despesas recentemente baixado pela Prefeitura, os primeiros cortes serão em obras. “Tem que cortar é lá em cima, nos altos salários”, questionou o parlamentar, prevendo que em 2024, ano eleitoral, pode ser que comecem a trabalhar.

“Infelizmente, a política que temos hoje é pautada para privilégios, para negociações, e enquanto essa situação permanecer, Carmópolis não caminhará para frente”, concluiu Célio.

União Futebol Clube ganha título de utilidade pública

De autoria do vereador Célio Roberto Azevedo (PSD), o projeto de lei que declara de utilidade pública municipal o União Futebol Clube, do Povoado Bom Jardim das Flores, foi aprovado por unanimidade pelo Poder Legislativo de Carmópolis de Minas.

De acordo com a justificativa do autor, o União Futebol Clube é um time de futebol amador e inicialmente jogava em um campo pequeno, cedido por fazendeiro local. Entretanto, como precisava aumentar a extensão do campo para fazer seus jogos contra outras equipes melhor estruturadas, obteve a doação de um novo espaço, a 7 quilômetros da região urbana, pelo

Lei fixa normas de inspeção sanitária em Carmópolis de Minas

De iniciativa do Poder Executivo, foi aprovado, por unanimidade de votos, pela Câmara Municipal, projeto de lei que dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de origem animal em Carmópolis de Minas e autoriza a adesão do serviço sob a modalidade consorciada, revogando a Lei nº 2.383, de 26 de abril de 2023. A nova lei institui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). São sujeitos à fiscalização: os animais destinados ao abate, seus produtos e subprodutos e matérias primas; o pescado e seus derivados; o leite e seus derivados; o ovo e seus derivados; o mel, a cera de abelhas e seus derivados.

A inspeção e a fiscalização serão realizadas nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal; nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais para abate ou industrialização; nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização; nos estabelecimentos que recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;

nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização; nos estabelecimentos que recebam produtos de abelhas e seus derivados, para beneficiamento ou industrialização; e nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados.

É competente para gerir, fiscalizar e inspecionar o serviço, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente. O município de Carmópolis de Minas poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios, estados e a União. Fica autorizada a participação do município no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CIDRUS), o qual executará, coordenará e regulamentará o SIM, inclusive quanto à adesão ao SUASA, no âmbito do Município de Carmópolis de Minas.

Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente ao beneficiamento e industrialização de produtos de origem

animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções: advertência; multa; condenação do produto e/ou matéria-prima e/ou ingredientes ou apreensão; suspensão de registro; suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embarço à ação fiscalizadora ou no caso de reincidência; interdição, total ou parcial, do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas; e cassação do registro. O valor da multa será atribuído dentro do parâmetro dentre 50 e 500 UFEMG's, levando em consideração os critérios dos agravantes e das atenuantes.

De acordo com justificativa do prefeito José Omar Paolinelli (PSD), o projeto de lei foi enviado à Câmara em razão de necessária adequação às novas determinações do Ministério da Agricultura, pelas quais as leis dos municípios devem estar uniformizadas e equivalentes quanto às exigências para adesão ao SISBI.

Falta de sanitários públicos continua gerando problemas a Carmópolis

Ao se referir a uma festa promovida em praça pública, para comemorar os 30 anos de fundação da cooperativa de crédito Sicoob Centro-Sul Mineiro, de Carmópolis de Minas, o vereador João Francisco Vieira (PSD) - *foto à direita* - voltou a tocar num dos problemas urbanos mais citados pelos vereadores: a falta de sanitários públicos, afetando diretamente a população.

No pronunciamento realizado durante a sessão ordinária do Legislativo do dia 05 de agosto de 2023, o vereador afirmou ser esse um tema muito abordado nas sessões da Câmara, alvo de uma série de requerimentos já encaminhados ao Poder Executivo. Mas a falha foi novamente notada durante a realização do evento, pois mesmo com o ótimo serviço de sanitários



Volney Henrique

químicos oferecido pela organização, a demanda foi bem maior, levando os participantes a utilizarem uma rua paralela para urinar a céu aberto, deixando-a suja e com mau cheiro.

João Francisco disse ter conversado com várias pessoas, durante o evento, sobre a falta que fazem os sanitários públicos. O parlamentar destacou, ainda, que ao ser cobrado por vários munícipes que participavam do even-

to, disse a eles que, se dependesse dos vereadores, o problema já estaria resolvido, pois já foram apresentadas muitas emendas impositivas ao orçamento municipal, destinando recursos para esse fim.

“O prefeito precisa construir esses banheiros públicos. Vou completar 11 anos de mandato e durante todo esse tempo os vereadores têm se esforçado para conseguir a obra”, reiterou o parlamentar.

Aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024

O município de Carmópolis de Minas já tem sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024. Por unanimidade de votos, o projeto do Poder Executivo foi aprovado em dois turnos na Câmara Municipal. A lei, de periodicidade anual, estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do município (LOM).

A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações; as disposições relativas à dívida pública; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; as disposições sobre alterações na legislação tributária e sua adequação orçamentária; as disposições gerais e anexos.

A lei dispõe, dentre outras matérias, sobre o equilíbrio das finanças públicas, os critérios e as formas de limitação de empenho, o controle de custo e a avaliação dos resultados dos programas, as demais condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas e a despesa com pessoal.

As metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2024, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as de funcionamento dos órgãos e entidades

que integram os orçamentos, estão estabelecidas no anexo “Metas e Prioridades para 2024”, de acordo com os programas e ações que foram estabelecidos na lei que instituirá o Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025 e suas alterações, e terão precedência na alocação de recursos no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024 deverá ser elaborado em harmonia com as metas e prioridades estabelecidas. As emendas parlamentares serão consideradas como prioridade de investimento da administração pública municipal para o exercício de 2024. As metas fiscais e os riscos fiscais são especificados em anexos, elaborados de acordo com os parágrafos 1º e 3º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, abrangendo todos os órgãos e entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

A LDO apresenta capítulos sobre a estrutura e organização dos orçamentos;

diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do município e suas alterações; disposições relativas à dívida pública do município; disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais; disposições sobre alterações na legislação tributária e sua adequação orçamentária e dis-

posições gerais.

O prefeito José Omar Paolinelli (PSD) argumentou, em sua justificativa, que de forma geral, as previsões de receita e despesa estão estimadas com base no crescimento da economia e na expectativa de inflação, sendo que as previsões foram elaboradas em conformidade com a tendência sazonal de arrecadação e despesas do município. mostrou, ainda, que a LDO está integrada a um processo que começa com o Plano Plurianual (PPA 2022 - 2025) e segue com a Lei Orçamentária Anual (LOA 2024), de acordo com os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse contexto, a atual estrutura da LDO permite a sua utilização como um instrumento de gestão das finanças públicas, sendo um veículo de informação sobre a origem de receitas e destinação de recursos públicos, a serem avaliados pelo Legislativo e pela sociedade em geral.

O chefe do Poder Executivo salientou que os dispositivos constantes na LDO são de extrema importância para que a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2024 contenha as bases necessárias para que o governo municipal alcance os seus objetivos.

Após a sanção do prefeito, a íntegra da LDO poderá ser acessada no site da Prefeitura de Carmópolis de Minas.

Audiência pública discute plano de cargos para funcionários da educação

O Poder legislativo de Carmópolis de Minas realizou, no dia 15 de agosto de 2023, uma audiência pública em sua sede, para debate em torno da elaboração do plano de cargos dos professores da rede municipal de ensino. O encontro foi requerido pelos vereadores Célio Roberto Azevedo (PSD) e Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO.

Estiveram presentes e participaram das discussões, Rosa Maria Teixeira Canhestro, secretária municipal de Educação; Cássia Antônia da Silva, professora da rede pública de Carmópolis e representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE); Marilda de Abreu Araújo, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) e Luiz André, consultor jurídico da Prefeitura de Carmópolis de Minas.

Em sua exposição, a professora Cássia lembrou que a luta pela criação do plano de cargos e salários se arrasta há mais de uma década. Em 2021, durante as pré-conferências que antecederam a Conferência Municipal da Educação, um dos itens tratados foi a questão da valorização dos profissionais da Educação. Foi, então, montada uma comissão para analisar o projeto oferecido pela Prefeitura. Ponderações de todos os segmentos foram oferecidas à secretária da Educação, ainda sem retorno efetivo. Lembrou a professora que no primeiro esboço do plano não constavam as tabelas e os valores, para que se pudesse fazer uma discussão mais efetiva, e até hoje esse acesso não ocorreu. Entende Cássia que, embora não haja má vontade, o projeto arrasta-se. “Precisamos tornar atrativa a carreira do magistério para os que virão”, grifou a professora, garantindo que a luta vai continuar, independentemente dos obstáculos que se interponham.

A sindicalista Marilda focou suas intervenções nos problemas que estão sendo enfrentados com a Prefeitura de Carmópolis. O primeiro deles seria a falta de transparência. A consequência disso é que o impacto do plano ainda não foi calculado, devido à ausência de dados, embora a relação dos documentos necessários à implementação do plano de carreira já tenham sido passados ao Executivo. Ressaltou não ser falta de



Volney Henrique

Audiência pública contou com representantes de governo municipal e dos servidores da Educação.

vontade da Secretaria, com a qual sempre dialogam, mas apontou ausência de vontade política. Para ela, é preciso que o governo municipal priorize o tema. Informou, ainda, que foi apresentada ao governo municipal, há cerca de dois meses, uma tabela do plano, mas até hoje não houve uma resposta sobre o impacto financeiro a ser gerado. O estudo e elaboração do plano, segundo Marilda, não depende apenas da secretária da Educação, mas de um corpo inteiro da Prefeitura. Revelou que seria marcada uma conversa com o prefeito, com o objetivo de fixar um prazo para apresentar o plano à categoria, pois precisa estar previsto na Lei Orçamentária anual (LOA) de 2024. Pediu que a Câmara apresentasse um prazo à Prefeitura para elaboração de um corpo do plano e quando teria condições de implementá-lo. “Acho que esta Casa pode ajudar, na conversa que teremos com o prefeito, para ver se a gente amplia isto”, argumentou. Uma proposta final, entretanto, não depende apenas do consultor jurídico ou da secretária da Educação, mas da área financeira do Poder Executivo e do prefeito, que precisa priorizar o plano.

O consultor Luiz André admitiu que, realmente, desde 2021 está empenhado, juntamente com a secretária da Educação, na

tentativa de construção do plano. Para ele, constitui-se em constante desafio compatibilizar a necessidade de melhoria com a realidade financeira que o município tem vivenciado. Salientou que o diálogo e o debate não deixaram de ocorrer nesse período, mas sempre parou na efetiva capacidade financeira do município. “Vejo hoje um novo recomeço neste processo de construção. Espero que a Câmara seja um grande intermediador nesse debate”, analisou o consultor. E grifou que a formatação do plano precisa ter como ponto de partida a garantia do piso e do terço de jornada, ambos respeitados por Carmópolis, o que, em muitos municípios, não é observado. Somente com essa premissa, disse ele, o plano será uma conquista e não uma derrota para os trabalhadores da educação.

A secretária Rosa Maria discorreu sobre a queda de arrecadação do município, ressaltando que hoje o município gasta 100% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com o pagamento de pessoal, mais uma média de R\$ 350 mil do município para complementação da folha e manutenção do desenvolvimento do ensino. Dentro desta realidade, o município não tem hoje como propor me-

lhorias. Mas para ela, é importante deixar o plano pronto, para ser efetivado assim que o município reunir as condições.

Requerente da audiência, o vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) perguntou sobre o que o município terá de enxugar para suprir o plano e se a Prefeitura fez algum estudo, de 2022 até hoje, para que possa, efetivamente, oferecer a melhoria aos servidores da Educação. Complementando a pergunta, Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo, questionou sobre o impacto do novo piso da categoria nas contas do governo municipal. A secretária ponderou, entretanto, que o município prioriza o pagamento do piso e que este fator, em vista da queda das receitas do município, sugou os recursos disponíveis. O piso pesou no orçamento e a Prefeitura já promove cortes de despesas para cumprir a legislação.

Também requerente, o vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO, apontou falta de planejamento do município, pois se hoje verifica-se queda de receita, em anos passados isso não aconteceu e até houve excesso de arrecadação. Para ele, o papel de todos os envolvidos é muito importante, sendo necessário às partes dialogarem para encontrar uma solução. E complementou, afirmando ser preciso pensar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tramitava na Casa naquele momento, na qual nada estava previsto para 2024.

Outros questionamentos foram feitos pelos participantes, no sentido de tornar viável a implantação do plano.

Os vereadores Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB; Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo; Jaqueline Emilia Luciano (PV); Claudinei Vicente da Silveira, líder do PV; José Laércio da Silveira (UNIÃO) e Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD), pronunciaram-se sobre o tema, com argumentos sempre focados no impacto financeiro do plano, seu prazo de apresentação e reais possibilidades da efetivação da reforma.

A íntegra da audiência pode ser acessada no site da Câmara de Carmópolis de Minas, em gravação de áudio e vídeo.

Concursadas pedem efetivação para trabalho na creche

Tribuna Livre

A funcionária da Creche Municipal, Raquel Emily Barbosa Silva, ocupou a Tribuna da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, na sessão ordinária realizada no dia 28 de agosto de 2023, para solicitar a ajuda dos vereadores no sentido de conseguir a efetivação e nomeação de classificadas em concurso público municipal.

Raquel explicou que ela e suas colegas, ali também presentes, prestaram concurso público municipal em 2019, tendo logrado êxito, mas estando, até naquele momento, trabalhando sob regime de contrato, portanto ainda não efetivadas. Ela agradeceu pela prorrogação da vali-

dade do certame por mais dois anos, decisão sem a qual elas estariam, naquele momento, desempregadas. “Viemos pedir ajuda em favor de nossa nomeação”, solicitou ela, lembrando ser esse um direito das concursadas.

A cidadã informou a existência de vagas no setor, havendo muitas pessoas contratadas na creche, que tem grande fila de espera por vagas para crianças, não se justificando a continuidade das contratações, que as obriga a serem demitidas e novamente admitidas todos os anos, afetando a segurança no emprego.

O presidente do Legislativo, vereador Geraldo Lucas (PV) disse que a Câmara terá o maior prazer

em votar o projeto, assim que ele for enviado a Casa pelo Poder Executivo, a quem cabe a iniciativa. Manifestou sua confiança de que a matéria será aprovada por unanimidade, em vista do trabalho prestado pelas profissionais, que dedicam toda a atenção e carinho às crianças, sendo as nomeações realmente merecidas.

Todos os vereadores se manifestaram sobre o tema, apoiando a reivindicação e confirmando seus compromissos de votarem a favor do possível projeto de lei do Poder Executivo.

A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada, em áudio e vídeo, na gravação da sessão disponível no site da Câmara.

Município pede apoio para realizar palestra sobre drogas

Tribuna Livre

Ocupou a Tribuna Livre, na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 07 de agosto de 2023, o senhor Manuel Souza Santos ~~foto~~, para falar sobre a realização de palestras, em Carmópolis de Minas, com tema relacionado ao combate ao uso de drogas no município.

Ele relatou que, em 2009, foram realizadas, na cidade, reuniões com o subsecretário do setor antidrogas do governo estadual, constituindo-se em encontros muito proveitosos. Destacou que o consumo de drogas está se espalhando rapidamente no município, sendo necessária uma atitude, no sentido de conscientizar a população quanto aos seus males. Por isso tomou a iniciativa de trazer novamente um representante do governo de Minas, para

uma palestra com membros da sociedade.

Para tanto, entende o cidadão que seria bom juntar os poderes Executivo e Legislativo, com a participação da Secretaria Municipal da Saúde, pois assim ficará mais fácil conseguir a participação de um número maior de pessoas, que ficariam bem informadas sobre os efeitos danosos das drogas sobre os seres humanos.

“A gente precisa trabalhar em conjunto, em prol da juventude carmopolitana, pois é difícil ver tantas mães e pais sofrendo. Por isso peço o apoio de todos vocês”, solicitou Manoel.

Falando em nome de todos os vereadores e vereadoras, o presidente do Legislativo, Geraldo Lucas (PV), colocou a estrutura da Câmara à disposição, para realização de palestras e outras iniciativas, podendo,

ainda, participar de um possível comitê organizador.

As vereadoras Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD) e Jaqueline Emilia Luciano (PV), bem como os vereadores José Laércio da Silveira (UNIÃO); Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO; Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB; Célio Roberto Azevedo (PSD); Claudinei Vicente da Silveira, líder do PV; Dirceu da Silva, líder do PSD; Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo e João Francisco Vieira (PSD) se manifestaram sobre o tema, parabenizando o senhor Manuel pela iniciativa, considerada como de alta relevância social.

O inteiro teor das manifestações pode ser acessado na gravação da sessão em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.